

# Editorial

## **DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO, ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL**

Nas últimas eleições vimos temáticas relativas à sexualidade e aos direitos sexuais como o direito ao aborto e ao reconhecimento (ainda que parcial) da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, ser alçado à primeira linha dos debates acerca do(a) candidato(a) ideal à presidência. Cortina de fumaça ou não para o ocultamento de questões no âmbito da política econômica, não há como negar a importância do debate consistente acerca das relações de gênero e do que tem sido chamado do campo da “diversidade sexual e de gênero”. E isto, especialmente, face à guinada conservadora que se seguiu àquele cenário, com diferentes candidatos que assumiram posições cada vez mais refratárias a direitos constitucionalmente estabelecidos, na busca da captura do crescente contingente de pessoas influenciadas ideologicamente pelo fundamentalismo neopentecostal e católico.

O eixo temático deste número da revista se refere ao cenário político brasileiro contemporâneo e as lutas sociais travadas em torno da temática da diversidade sexual e de gênero, inclusive as desenvolvidas no âmbito do aparelho governamental.

Se, há algumas décadas atrás, tais lutas eram ainda incipientes, hoje vêm sendo amplamente debatidas

nas ruas, nas famílias, na mídia, nos ambientes de trabalho e nos espaços institucionais em que políticas sociais são planejadas, executadas e avaliadas, assim como a defesa de direitos nelas implícita. O adensamento deste cenário político atesta-se inclusive pela manipulação políticoideológica que se desenvolve nas conjunturas eleitorais em torno da ampliação ou da negação de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e outras pessoas e demais grupos não identificáveis a partir dos padrões hegemônicos em torno da sexualidade e/ou das relações de gênero.

As entidades políticas e acadêmicas do Serviço Social tais como o CFESS e a ABEPSS vêm demonstrando sensibilidade e manifestando-se favoravelmente ao reconhecimento público de direitos destes grupos e contrários às práticas discriminatórias e violentas, mas resta-nos como categoria profissional, vários desafios, entre eles o de promover as discussões acadêmicas e ético-políticas em torno destes temas, de modo que o pensamento crítico sobre eles, possa se ampliar nos espaços da formação profissional, da produção de conhecimentos e da intervenção técnica e ético-política dos assistentes sociais.

A abordagem interseccional é fundamental quando discutimos a homofobia, o sexismo e seus correlatos porque é de amplo reconhecimento na literatura das Ciências Sociais que eles não operam sozinhos, mas associados ao pertencimento de classe social, "raça/etnia", gênero, geração, entre outros. É preciso desvendar estas complexas articulações nas histórias dos grupos e indivíduos que sofrem os múltiplos efeitos destas formas de discriminação e apresentar os fundamentos éticos destas discussões.

Há um solo comum entre mulheres que ousam e entre mulheres que afirmam sua autonomia reprodutiva e o direito a dispor dos seus corpos e todos(as) aqueles que exercem suas sexualidades, mesmo que isso implique em variadas opressões. Ou, ainda, aqueles que acreditam que as identidades de gênero não são condenações inscritas nas caixas-pretas imutáveis dos corpos, mas construídas socialmente e, como tais, mutáveis e subordinadas ao desejo daqueles(as) que as portam. O solo comum entre personagens aparentemente distintos é a luta por uma sociedade emancipada, presente também entre outros sujeitos políticos contemporâneos, empenhados com a superação de tudo que priva seres humanos de sua dignidade e liberdade.

A proposta da revista é contribuir com a exposição dessas idéias afirmando-se como veículo cultural ocupado com as questões de nosso tempo e com a perspectiva da totalidade nos esforços de reflexão sobre as relações sociais.

Podemos dispor da metáfora do caleidoscópio para apreender a complexidade contemporânea de luta por direitos sexuais e pela superação das desigualdades de gênero, tanto por sua pluralidade de cores, sujeitos e demandas, quanto pela efemeridade das configurações: o movimento é incessante e dialético e, constantemente atravessado por outros tantos campos de lutas e contradições existentes. Esta edição da Em Pauta modestamente pretende apresentar alguns ângulos efêmeros deste caleidoscópio e as reflexões que suscitam sem qualquer pretensão conclusiva ou exaustiva.



# Editorial

## **SEXUAL DIVERSITY, GENDER, ETHICS AND SOCIAL WORK**

In recent elections we have seen issues relating to sexuality and sexual rights, like abortion rights and recognition (even partially) citizenship of lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals, be raised to the forefront of debates about the ideal candidate for the presidency. Maybe there is a smokescreen to hide or not, one cannot deny the importance of consistent debate about gender relations and what has been called the field of “sexual diversity and gender.” Especially if we consider the conservative shift from that election scenario, with different candidates who have taken positions increasingly close to address constitutionally established rights in pursuit of capturing the growing contingent of people influenced ideologically by fundamentalism, basically conservative Evangelicals and Catholics.

The main theme of this journal refers to the contemporary political scene and social struggles conducted around the issue of sexual and gender diversity, including those developed within the government apparatus. In addition, we highlight the connection from this theme with the scope of ethical reflections, since the contradictions and inequalities produced by bourgeois sociability across all dimensions of social life, such as culture and morals example, constituting the different orientations and value judgments and choices that serve to legitimize or deny the established way

of life. This explains why the important and explicit commitment of social workers face different forms of discrimination and prejudice addressed to blacks, women, heterosexuals, LGBT, the poor workers, etc. This commitment can be easily verified by consulting the Code of Ethics of these professional. As well as the significant portion of their academic works, that is also present in many other expressions of this professional group, especially those in favor of human rights and popular movements that have been criminalized. However, quote this does not mean the debate is sufficiently accepted, but rather explains the need to search for its continued improvement in relation to the meaning of the materialization of these commitments for this group.

If, some decades ago, such struggles around the issue of sexual diversity and gender were incipient, it has been widely debated currently on the streets, families, the media, workplaces and institutional spaces in which social policies are planned, implemented and evaluated, as well as advocacy implicit therein. The density of this political scene is attested even by political and ideological manipulation that develops in the electoral junctures around the extension or denial of the rights of lesbian, gay, bisexual, transgender, intersex and other people/groups not identifiable from the hegemonic patterns of sexuality and/or gender relations.

The political and academic entities of Social Work, such as CFESS/CRESS and ABEPSS have demonstrated sensitivity and manifesting itself favorably to the public recognition of these groups' rights. These entities are also anti discriminatory and violent practices, but left them, as professionals, several challenges, including promoting academic discussions – theoretical – methodological/ethical-political – around these issues, so that critical thinking can be expanded in the areas of professional training, knowledge generation and technical and ethical/political intervention by Social Workers.

The intersectional approach is essential when discussing homophobia, sexism and its correlates, since it is widely acknowledged in the literature of social sciences that these issues do not operate alone, but associated with membership of social class, "race/ethnicity", gender, generation, among others. It is necessary to unravel these complex joints in the histories of groups and individuals, who suffer the multiple effects of these forms of discrimination, and provide the ethical foundations of these discussions

There is a common ground between women who dare to assert their reproductive autonomy and the right to dispose of their bodies and all those who exercise their sexuality, even if it implies in various oppressions. Or, again, those who believe that gender identities are not sentences entered in the immutable black boxes of the bodies, but socially constructed and, as such, mutable and subordinated to the desire of those who carry them. The common ground between apparently distinct characters is the struggle for an emancipated society, also present among other contemporary political subjects, dedicated to overcome everything that deprives humans of their dignity, freedom and, therefore, their chance of happiness.

The journal's proposal is to contribute to the exposure of these ideas, asserting itself as a cultural vehicle occupied with the issues of our time and with the prospect of totality on the efforts of reflection on social relations.

We can provide the kaleidoscope metaphor to grasp the complexity of contemporary struggle for sexual rights and the overcoming of gender inequalities, both for its plurality of colors, subjects and demands, and by ephemerality of settings: the movement is incessant, dialectical and constantly crossed by many other fields of struggles and contradictions. The current edition of the *Em Pauta* modestly intends to present some ephemeral angles from this kaleidoscope and the reflections that give rise, without any conclusive or exhaustive pretense.